

ASPECTOS ECONÔMICOS DO PENSAMENTO ABOLICIONISTA DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO EM AS VÍTIMAS ALGOZES

THE ABOLITIONIST THOUGHT OF JOAQUIM MANUEL DE MACEDO IN THE AS VÍTIMAS ALGOZES AND THE ECONOMIC INEFFICIENCY OF SLAVERY

Amaury Patrick Gremaud¹

Endereço Profissional: Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Economia. Avenida dos Bandeirantes nº 3900, Monte Alegre.

CEP: 14040-900

Ribeirão Preto – SP.

E-mail: agremaud@usp.br

Alexandre Ganan de Brites Figueiredo²

Endereço Profissional: Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Economia. Avenida dos Bandeirantes nº 3900, Monte Alegre.

CEP: 14040-900

Ribeirão Preto – SP.

E-mail: alexandre.figueiredo@usp.br

Márcio Bobik Braga³

Endereço Profissional: Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Economia. Avenida dos Bandeirantes nº 3900, Monte Alegre.

CEP: 14040-900

Ribeirão Preto – SP.

E-mail: marbobik@usp.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir os argumentos econômicos contrários à escravidão que podem ser encontrados na obra *As Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. A hipótese principal do artigo é a de que tais argumentos possuem grande proximidade com as ideias econômicas consideradas por alguns abolicionistas brasileiros do século XIX, cujo respaldo, por sua vez, encontra-se, de forma explícita ou não, na Economia Política, aqui representada pela *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Palavras-Chave: literatura e história; Joaquim Manuel de Macedo; escravidão; pensamento abolicionista brasileiro.

Abstract: This article aims to discuss the economic arguments against slavery that can be found in Joaquim Manuel de Macedo's book *As Vítimas Algozes*. The main hypothesis of the article is that such arguments have close proximity to economic ideas of some Brazilian abolitionists in the 19th century. These ideas were, explicitly or not, grounded on the Political Economy, represented here by Adam Smith's *The Wealth of Nations*.

Keywords: literature and history; Joaquim Manuel de Macedo; slavery; Brazilian abolitionist thinking.

¹ É Professor Doutor do Departamento de Economia da FEARP/USP e do PROLAM-USP. Doutor em Economia pela FEA-USP. Mestrado em Gestão de Organizações de Saúde da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP).

² É Professor Colaborador e Pós-doutorando do Departamento de Economia da FEARP-USP. Doutor em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP.

³ É Professor Livre-Docente do Departamento de Economia da FEARP-USP e do PROLAM-USP. Doutor em Economia pela FEA-USP.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em analisar os argumentos econômicos contrários à escravidão no Brasil que podem ser lidos no romance *As Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. A obra, publicada originalmente em 1869, apresenta três novelas que contam histórias de atos conspiratórios praticados por escravos contra seus senhores. Na crítica literária brasileira, o livro é considerado abolicionista devido a seu objetivo de criticar a escravidão por meio da chamada “estratégia do medo”, pela qual a ameaça constante de rebeliões, como a Revolução Haitiana, permitia apresentar o escravismo como uma instituição perigosa para os proprietários de escravos⁴. Dessa forma, nos enredos da obra de Macedo os personagens que representam os escravos são apresentados como perversos e, dada sua condição servil, sempre em busca de vingança contra seus senhores. Os proprietários, por sua vez, são descritos como pessoas generosas e laboriosas, porém ingênuas por não enxergarem o mal potencial nas relações com seus escravos. Este artigo propõe que é possível encontrar também argumentos econômicos contra o sistema escravista em *As Vítimas Algozes*, quer seja nas opiniões do próprio autor, contidas no texto, quer seja no enredo das novelas. Mais do que isso, é possível ler, em inúmeras passagens do livro, argumentos que se assemelham àqueles utilizados por alguns abolicionistas oitocentistas, cujos fundamentos, por sua vez, se encontram, de forma explícita ou não, nas ideias dos precursores da Economia Política.

O artigo está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, são apresentadas as principais ideias presentes nos debates entre os abolicionistas e os escravistas brasileiros, dando destaque aos argumentos econômicos. Tais argumentos serão analisados em relação com algumas das ideias contrárias à escravidão elaboradas por pensadores da economia que atuaram especialmente na passagem do século XVIII ao XIX, em especial Adam Smith⁵. Não se teve aqui a pretensão de adentrar no debate acerca da relação entre a Economia Política Clássica e o pensamento econômico brasileiro do século XIX, mas sim construir um arcabouço teórico mínimo para a interpretação da obra de Macedo. Essa análise é feita na segunda parte deste artigo, na qual serão destacados alguns trechos da obra do escritor fluminense, buscando identificar

⁴ Boa parte da tese do medo entre os abolicionistas brasileiros vem do temor de uma repetição local da Revolução Haitiana que culminou na independência daquele país, em 1804.

⁵ Muito embora Smith seja considerado mais um filósofo do Iluminismo que um “economista” em termos contemporâneos, aqui nos valem do clássico entendimento segundo o qual “A Riqueza das Nações” é a obra inaugural da Economia Política.

os argumentos econômicos utilizados para demonstrar a inadequação do uso da mão de obra escrava na produção agrícola do país.

I – A Economia Política e os argumentos em torno da abolição da escravidão no Brasil

Sob o ponto de vista econômico, os argumentos contrários à abolição no Brasil imperial centraram-se principalmente em dois pontos: a ruína dos agricultores e a miséria que enfrentariam os libertos. Esses argumentos podem ser lidos nas famosas cartas de José de Alencar destinadas ao imperador Dom Pedro II:

Para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação nas circunstâncias atuais é um edito de miséria pelo abandono do trabalho e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças. Para a casta dominante, especialmente a agrícola, importa a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua pronta substituição; importa igualmente o perigo e sobressalto da insurreição iminente⁶.

A abolição traria assim a bancarrota do país em função da destruição das bases da riqueza nacional, ou seja, das estruturas de produção agrícolas, além de uma possível guerra social entre libertos e grandes proprietários rurais. Mais ainda, a defesa da escravidão feita por Alencar foi muito além dos argumentos econômicos: nas cartas, destaca-se uma visão particular da História, segundo a qual a escravidão teria sido um fato social responsável por favorecer o progresso da humanidade (ou, ao menos, o progresso da sociedade brasileira). Segundo Alencar, “se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível”⁷.

Estes argumentos, como salienta José Murilo de Carvalho⁸, recuperam parte da tese contrária à abolição encontrada especialmente em autores anti-iluministas que o Brasil já conhecia, como Azeredo Coutinho, bispo e senhor de engenho de fins do período colonial. Na obra “Uma análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”, de 1804, ele rejeitava as concepções iluministas elaboradas a partir de um ideário individualista ou *jus naturalista*. Assim, Coutinho já se posicionava contra a concepção de uma sociedade que seria forjada a partir de um “estado de natureza” composto por homens

⁶ ALENCAR, José. *Cartas a Favor da Escravidão* (organização Tâmis Parron). São Paulo: Hedra, 2008, p. 116.

⁷ ALENCAR, José. *Cartas a Favor da Escravidão* (organização Tâmis Parron). São Paulo: Hedra, 2008, p. 65.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

livres e iguais, pensamento dentro do qual a Economia Política foi forjada e que sustentou o argumento de muitos abolicionistas acerca do direito natural à liberdade⁹.

Em oposição, Azeredo Coutinho defende uma ideia de sociedade que considera “aristotélica”, na qual o “homem” seria antes de tudo um ser social, ou seja, nasceria em uma sociedade já constituída e teria nela uma função preestabelecida. Neste caso, o “natural” não seria o “homem” livre e individualmente considerado, como alegavam aqueles pressupostos do *jus naturalismo*, mas sim a sociedade. Não existiria, assim, um estado de natureza com um ser humano livre, mas sim o uma sociedade estabelecida na qual os indivíduos, com diferentes funções essenciais para a sobrevivência do todo, são menos importantes que a sociedade à qual são incorporados ao nascer¹⁰. Na conclusão de Coutinho, alguns seriam escravos caso a sobrevivência e progresso desta sociedade o exigisse. Nesse sentido, a extinção da escravidão só deveria ocorrer quando ela não fosse mais útil ao cumprimento do seu papel histórico, ou seja, no momento em que a sociedade pudesse prescindir da mão de obra escrava. Evidentemente, essas considerações partem do pressuposto de um conceito de “sociedade” elaborado por uma elite senhorial colonial, ainda que sua inspiração venha da Antiguidade e da releitura tomista dos fundamentos da política aristotélica.

Alencar, assim, voltará à questão da necessidade da escravidão a partir da análise do problema da carência da mão de obra livre). Neste ponto, ele se aproxima do posicionamento de autores como Pedro Autran da Mata Albuquerque, professor de Economia Política na Faculdade de Direito do Recife¹¹. A escravidão, para ele, seria necessária em países com grande extensão territorial, onde a demanda por trabalho é elevada e haveria falta de braços para a agricultura. Porém, ela tenderia a desaparecer com o crescimento do número de trabalhadores livres ou com o desenvolvimento de tecnologias que levassem a uma menor exigência de mão de obra.

Mesmo com essa abertura para a defesa do escravismo, Mata Albuquerque apresenta os argumentos básicos da concepção abolicionista pelo viés econômico, segundo o qual a mão de obra escrava apresentaria inconvenientes que tornariam o trabalho livre preferível ao trabalho compulsório. A escravidão, segundo ele, era a negação completa da

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

¹⁰ Skinner demonstra como o argumento da pré-existência da sociedade diante do Estado é essencial ao pensamento da escolástica ibérica, especialmente nos capítulos 13 a 15 de sua obra. Ver SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 393-460.

¹¹ Mata Albuquerque escreveu vários livros sobre Economia Política, dentre eles *Elementos de Economia Política*, publicado em 1844, *Novos Elementos de Economia Política*, de 1851, e *Preleções de Economia Política*, de 1859. A análise desse autor é baseada em Gremaud (2001).

liberdade de trabalho, não sendo possível esperar dela um grande poder produtivo. Por um lado, o escravizado era forçado a contrariar as suas próprias vocações e a inutilizar sua inteligência. Por outro, sem remuneração, ele não teria “boa vontade” para trabalhar - as penalidades que suportava não seriam capazes de infundir esta mesma “boa vontade”, destaca Mata Albuquerque. O trabalho escravo seria, portanto, menos produtivo que o trabalho livre. Entretanto, quando a escassez de mão de obra livre causasse elevação de salários a ponto de absorver todo o lucro do empresário e impedir que este pudesse “fazer economias”, ou seja, acumular capital, a utilização de escravos seria forçosamente necessária¹².

Apesar de aceitar a escravidão como necessária, dadas as condições de oferta no mercado de trabalho, Mata Albuquerque considera alguns argumentos favoráveis à substituição do regime escravista elaborados pela Economia Política Clássica que surgiu na Europa no fim do século XVIII e no início do XIX. Diversos autores abolicionistas brasileiros oitocentistas incorporaram essas mesmas ideias, mesmo que dentro de um espectro abolicionista não radical que concebia um prazo muitas vezes bem alargado para o fim da escravidão, promovido passo a passo¹³. Destacam-se, neste sentido, tanto a *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos* de 1821, de autoria de João Severiano da Costa, assessor de D. João VI e futuro Marques de Queluz como a *Representação sobre a Escravatura* de 1823, de José Bonifácio de Andrada e Silva. Há também a memória escrita em 1837 por Frederico Leopoldo César Burlamaque, *Memoria analítica acerca do comercio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*, e o memorial do Brigadeiro e naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto, a *Memoria sobre a abolição do comércio da escravatura*, publicado *post mortem* também em 1837.

Estes textos trazem a influência da Ilustração com argumentos que sustentam a injustiça a priori da escravidão ou, em outras palavras, que se opõe à condição escrava a partir das concepções iluministas do direito natural. Além disso, trazem também o problema de se fundar a nova nação a partir de um equilíbrio instável ameaçado por conflitos internos latentes, dado que parte importante da população do país vivia em

¹² GREMAUD, Amaury Patrick. “A penetração da economia política no Brasil e seu ensino no período imperial”. *Revista da Sociedade de Economia Política*. Rio de Janeiro. Número 8, p. 46 -71, junho 2001.

¹³ ROCHA, Antonio Penalves. “As observações de Jean-Baptiste Say sobre a escravidão”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, volume 14, número 38, p. 181 – 212, janeiro-abril de 2000. ROCHA, Antônio Penalves. Ideias antiescravista da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 20, no. 39, p. 43 – 79, 2000.

cativeiro e, portanto, não mantinha laços sociais positivos com os demais habitantes. Nessa situação, o risco de uma guerra civil era premente, originando ainda uma grande dificuldade para defender o novo Estado de agressões externas. Por sua vez, a questão econômica é abordada naquelas obras destacando, por um lado, o impacto negativo do excesso de gastos com segurança e das destruições e perdas com insurreições e levantes para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, a questão da ineficiência do trabalho escravo e das vantagens potenciais da mão de obra livre, em termos de incentivos, diminuição dos desperdícios e ampliação da produtividade, está também presente nos textos abolicionistas brasileiros do período, valendo-se de argumentos apresentados por autores da Economia Política como Adam Smith, A. R. Jacques Turgot e Jeremy Benthan.

Importante destacar também o texto *Da Liberdade do Trabalho*, de José da Silva Lisboa (o Visconde de Cairu), publicado em 1851, mas escrito na década de 1830. Cairu, que talvez seja o mais “economista” dentre os que defenderam, ainda que de forma moderada, a abolição, usa explicitamente a argumentação de Adam Smith para defender a ideia de superioridade do trabalho livre. Aliás, Lisboa foi um dos principais divulgadores do economista clássico no Brasil oitocentista. Dada a presença dos argumentos de Smith nos textos abolicionistas e na obra de Macedo, objeto deste artigo, cabe uma breve indicação do pensamento desse clássico da Economia Política¹⁴

Na leitura de *A Riqueza das Nações*, pode-se encontrar referências à escravidão em três capítulos: o oitavo do Livro I; o segundo do Livro III; e o nono do Livro IV. No capítulo VIII do Livro I, Smith trata do tema no contexto dos salários. Considerando o desgaste humano no processo produtivo, ele argumenta que a manutenção do escravo é mais cara que a do trabalhador livre. Além disso, os fundos destinados à “substituição” ou ao “reparo do desgaste” do escravo seriam, em geral, administrados por um patrão ou supervisor descuidado, ao contrário do trabalhador livre, ele próprio responsável pela administração desse fundo. Smith conclui que “com base na experiência de todas as épocas e nações, acredito, pois, que o trabalho executado por pessoas livres ao final se torna mais barato do que o executado por escravos”¹⁵.

¹⁴ Deve-se destacar que Adam Smith não foi o único economista clássico a tratar da escravidão. Pode-se encontrar a discussão sobre o trabalho escravo em Jean-Baptiste Say, em seu *Tratado de Economia Política*. Optou-se aqui, entretanto, por Adam Smith como representante da Economia Política Clássica pela sua importância na formação econômica de alguns dos autores brasileiros oitocentistas. Sobre a escravidão em Say, ver Rocha (2000, p. 181-212).

¹⁵ Interessante notar que Smith, nessa citação, utiliza a História em contraste com a interpretação de José de Alencar e outros. Ver SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 103 I.

A questão do custo de manutenção do escravo é retomada no capítulo II do Livro III no contexto da abordagem dos problemas da agricultura europeia após a queda do Império Romano. Smith incorpora o argumento da ineficiência sob o ponto de vista dos incentivos individuais:

Ora, se raramente se pode esperar grandes melhorias da terra por parte dos grandes proprietários, muito menos se pode esperar quando eles empregam escravos como trabalhadores. Segundo acredito, a experiência de todas as épocas e nações demonstra que o trabalho executado por escravos, embora aparentemente custe apenas a própria manutenção dos escravos, ao final é o mais caro de todos. Uma pessoa incapaz de adquirir propriedade não pode ter outro interesse se não comer o máximo e trabalhar o mínimo possível. Se algo ela fizer, além do suficiente para pagar a própria manutenção, só o fará se isso a beneficiar pessoalmente, sendo impossível obriga-la a fazer esse algo mais sob violência¹⁶.

O argumento da ineficiência da escravidão é considerado ainda no capítulo IX do Livro IV no contexto da análise dos sistemas agrícolas como fonte principal da riqueza dos países, tomando como exemplo a Grécia e a Roma antigas. Nele, Smith destaca o baixo espírito inventivo do escravo. Argumenta que os aperfeiçoamentos mais importantes, como a utilização de máquinas ou a aplicação de processos produtivos mais eficientes, poderiam ser realizados por trabalhadores livres. Como explicação, considerou que as inovações adotadas pelos escravos seriam entendidas por seus patrões como fruto da preguiça ou do desejo de poupar trabalho. Nesse sentido, “nos manufaturados feitos por escravos geralmente deve ter sido aplicado mais trabalho para executar o mesmo volume de produção do que nas manufaturas que trabalham com pessoas livres”¹⁷.

Apesar dessas referências, não se pode considerar a escravidão como um dos principais objetos de análise de Smith em sua obra clássica. Sua preocupação com o fator trabalho estava na busca da compreensão do processo de formação dos salários (e, de forma mais geral, do valor das mercadorias) e no papel dessa categoria de renda na produção de riqueza. Ainda assim, pode-se considerar a escravidão em sua análise pela oposição que ela exerce contra os incentivos produzidos pelo trabalho livre. Para Smith, o salário seria a recompensa natural do trabalho e, conseqüentemente, o “efeito necessário

¹⁶ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 238 I.

¹⁷ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 145 II.

da riqueza nacional em expansão”¹⁸. Além disso, argumenta que altos salários, além de elevar a “laboriosidade”, trariam estímulos para o crescimento populacional¹⁹. Em outras palavras, a escassez de mão de obra encontraria, no próprio mercado de trabalho, as condições para a sua superação. De forma geral, o mercado de trabalho livre como é, assim, peça fundamental na investigação sobre as fontes das riquezas das nações.

Pode-se considerar que a Economia Política foi construída sobre a base de uma concepção individualista de sociedade, típica do iluminismo ou do *jus naturalismo* criticados por autores como Azeredo Coutinho, contrários à abolição. A análise de Smith se dá a partir dos comportamentos individuais e dos mecanismos de incentivo que moldam esses comportamentos, ou seja, as bases do liberalismo clássico.

Como foi dito, os abolicionistas brasileiros incorporaram, explícita ou implicitamente, os argumentos de Adam Smith ao considerarem os incentivos que os fazendeiros teriam para buscar técnicas mais eficientes de produção como forma de melhorar a produtividade da lavoura com o fim do sistema escravista. Esse é o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva. Na já mencionada *Representação* que ele encaminhou à Assembleia Constituinte de 1823, defendendo uma abolição paulatina, se depreende que seu argumento antiescravista estava baseado especialmente no medo e na dificuldade de se construir uma nação com a escravidão na sua base, pois esta acabaria introduzindo um inimigo interno e colocando em risco a segurança do país. Por outro lado, teses típicas do abolicionismo iluminista, como o direito natural de liberdade, também estão presentes, da mesma forma que alguns argumentos advindos da Economia Política. Dessa forma, é possível ler em José Bonifácio, argumentos muitos próximos aos de Smith:

(...) os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra e entregam-se à vadiagem e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram; as máquinas, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de

¹⁸ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 97 I.

¹⁹ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 102-103 I.

açúcar, que poderiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas murares²⁰.

Em seu texto *Da Liberdade do Trabalho*, como dito, José da Silva Lisboa explicita os argumentos contidos em *A Riqueza das Nações* ao considerar o alto custo relativo do escravo e o baixo incentivo que esse tipo de trabalho produz nas inovações das técnicas produtivas agrícolas. Ainda que a escravidão fosse um tema marginal na obra clássica de Smith, Lisboa reproduziu, em seu texto, trechos contidos nos capítulos VIII do Livro I e IX do Livro IV de *A Riqueza das Nações*. Outros autores também apresentam argumentos semelhantes àqueles considerados por Smith, ainda que de maneira implícita, como é o caso de Joaquim Nabuco em *O Abolicionista*, obra na qual se encontram argumentos com expressões como “a desonra do trabalho manual”, “o retardamento da indústria” e “o afastamento das máquinas”²¹.

Ainda que os autores aqui considerados tenham produzido seus textos em momentos distintos, a proximidade dos argumentos com aqueles formulados por Adam Smith reforça a tese de que parte dos escritores oitocentistas consideraram os princípios antiescravistas presentes na Economia Política de Smith, ainda que para alguns esta não fosse a tese central do argumento abolicionista e que autores contrários a emancipação se apresentassem como liberais. Essa questão da compatibilidade entre as ideias liberais e a defesa da escravidão, aliás, esteve na base de um debate inaugurado, na década de 1970, pela hipótese formulada Roberto Schwarz²² para o problema das ideias e seu lugar no Brasil oitocentista. Segundo ele, se por um lado o Brasil recém-independente buscava na ideologia liberal argumentos para o progresso material, por outro adotava uma instituição contraditória ao liberalismo: a escravidão. Assim, o escravismo desmentia as ideias liberais, deixando-as “fora do lugar”, já que o liberalismo clássico, por ser construído com base em interesses e incentivos individuais, seria incompatível com o sistema servil.

Segundo Schwarz, no Brasil oitocentista, a “escravatura se opunha à racionalização produtiva”²³. O incentivo à eficiência, que deveria depender da renda auferida no processo

²⁰ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. (Organização e introdução de Jorge Caldeira). São Paulo: Editora 34, 2002, p. 206.

²¹ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 7, 2003, p. 110.

²² SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

²³ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012, p. 14.

produtivo, era “fundado na violência e na disciplina militar”²⁴. Além disso, havia uma contradição decorrente da impossibilidade de se considerar o mercado de trabalho como mecanismo de ajuste da relação entre emprego e produtividade, já que o escravo não podia ser demitido. Em conclusão, “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais”²⁵. A tese de Schwarz gerou um significativo debate a partir das contestações e ponderações iniciais de Maria Sylvia de Carvalho Franco²⁶, que avançou pelas décadas seguintes, cujo itinerário não é o objetivo deste artigo trilhar.²⁷

Outra discussão correlata é a da compatibilidade entre capitalismo e escravidão. Embora também não seja o objeto deste artigo, cabe mencionar que este é um debate internacional de longa duração envolvendo as teses relacionadas a obras como as de Eric Williams²⁸, *Capitalismo e Escravidão*, dos anos 40, e Eugene Genovese²⁹, *A Economia Política da Escravidão*, dos anos 60. Ambas apontam para a tese do declínio, ou seja, a ideia de incompatibilidade entre a escravidão e as sociedades que avançam dentro da esfera capitalista, sendo que existiria um impacto negativo da escravidão no desenvolvimento das regiões que mantiveram o sistema. Essa tese teve larga repercussão no Brasil nos anos 60 e 70 destacando os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso³⁰, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de 1962, e de Antônio Barros de Castro³¹, *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil*, de 1976. As obras clássicas de Williams e Genovese mereceram críticas em obras como a de D. Brion Davis³², *O Problema da escravidão na cultura ocidental*, que diminui a importância dos argumentos econômicos no movimento emancipacionista mundial, e, especialmente, de Stanley Engermann e do prêmio Nobel de economia, Robert Fogel, *Times on the cross: the economics of american negro slavery*, de 1974, que não veem na escravidão um fator regressivo na economia do sul dos EUA. Essa crítica também é retomada por Seymour Drescher em *Econocide: British*

²⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012, p. 14.

²⁵ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012, p. 15.

²⁶ FRANCO, M. S. de C. “As ideias estão no lugar”. *Cadernos de debate*, nº 1, São Paulo: Brasiliense, 1976.

²⁷ Sobre o debate acerca da tese de Schwarz, ver RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro. Volume 02, novembro de 2013.

²⁸ WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

²⁹ GENOVESE, E. A. *Economia Política da Escravidão*. Rio de Janeiro: Palas, 1976.

³⁰ CARDOSO, F.H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹ CASTRO, A. B. de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos Senhores*. 1976. 124f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp, 1976.

³² DAVIS, D. B. *O Problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

slavery in the era of abolition, obra de 1977, que nega que o fim da escravidão esteja relacionado à sua ineficiência econômica³³.

Ambos os debates vão além das intenções deste artigo, no qual busca-se demonstrar que muitas das ideias advindas da Economia Política Clássica estiveram presentes, mesmo que implicitamente, nos argumentos de alguns dos principais abolicionistas oitocentistas. A intenção aqui é apresentar algumas das principais referências para a interpretação dos aspectos econômicos encontrados em *As Vítimas Algozes*, de Macedo.

II – As Vítimas Algozes e a ineficiência econômica da escravidão

Joaquim Manuel de Macedo nasceu na vila de Itaboraí, província do Rio de Janeiro, no ano de 1820. Médico de formação, teve intensa vida pública e intelectual, exercendo, os ofícios de jornalista, político, professor, funcionário público e teatrólogo. Ministrou a disciplina de Geografia e História do Brasil no Colégio Pedro II e teve como alunos inúmeros personagens da elite brasileira, como o Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco, além dos filhos da Princesa Isabel. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (a partir de 1845), onde exerceu o cargo de secretário e orador. Também foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte (1866). Como político, exerceu os cargos de Deputado Provincial (1850, 1853, 1854-59) e Deputado Geral (1864-68, 1873-81). Foi ainda autor do livro *Lições de História do Brasil para o uso das escolas de instrução primária*, conhecido e adotado em várias escolas do país.³⁴ Além de *A Moreninha*, *As Vítimas Algozes* teve grande repercussão na época de seu lançamento por tratar de tema polêmico que causava desconforto em parte da elite letrada brasileira. Macedo faleceu em 1882, na mesma Vila de Itaboraí, aos 61 anos de idade.

O livro *As Vítimas Algozes* apareceu pela primeira vez em 1869. Ele é composto por três novelas independentes que buscam mostrar como determinadas ações dos escravos podem prejudicar seus senhores. Macedo se utiliza de uma estratégia diferente do que poderia ser considerado “senso comum” na época. Logo na introdução, considera que sua

³³ Drescher produziu depois um grande apanhado sobre a escravidão ao longo do tempo. Ver DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma historia da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: ed UNESP, 2011. Mais recentemente, também é importante destacar os trabalhos de Marcel Dorigny e o *Le monde de l'esclavage: une histoire comparée*, publicada sob a direção de P. Ismard, B. Rosse e C. Vidal. Ver DORIGNY, M. *As abolições da Escravatura*. São Paulo, Contexto, 2019; ISMARD, P; ROSSI, B & VIDAL, C. (org). *Les Mondes de L'esclavage: une histoire comparée*. Ed. du Seuil, 2021.

³⁴ As informações deste parágrafo foram beneficiadas pela pesquisa de Tania Serra sobre a vida e obra de Macedo. Ver SERRA, Tania. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. 2ª. Edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

denúncia vai além das “misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos dos escravos”³⁵. O autor utiliza a estratégia do medo, buscando alertar os proprietários dos escravos para o fato de que eles também poderiam ser vítimas *algozes* da escravidão:

(...) os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôncios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor³⁶.

O objetivo aqui consiste em considerar o “atentado à fortuna”, buscando identificar as justificativas econômicas nessa estratégia do medo. Como foi dito, a hipótese considerada é a de que tais justificativas se aproximam daquelas utilizadas por alguns autores abolicionistas oitocentistas que, por sua vez, se aproximam dos argumentos considerados pela Economia Política, conforme discutido na seção anterior. Não se trata de ler Adam Smith em Macedo, mas de avaliar os fundamentos econômicos que podem ser encontrados na especificidade do abolicionismo de *As Vítimas Algozes*.

Conforme destacado na introdução deste artigo, a crítica literária tratou principalmente da estratégia do medo considerada por Macedo a partir das ações dos escravos contra seus senhores, incluindo suas famílias. Nesse sentido, Flora Süssekind destaca particularmente que o público alvo da propaganda abolicionista do autor eram os fazendeiros e homens de negócios, proprietários de escravos³⁷. Nesse sentido, apelar para o temor que poderia ser despertado pelos cativos seria uma estratégia abolicionista compreensível apenas quando se tem em mente o público para o qual se destina. Antônio Candido, por sua vez, destaca como característica particular da obra de Macedo a utilização do mal como um recurso literário para realçar o bem³⁸. Essa “militância abolicionista” de Macedo, entretanto, não esteve isenta de críticas. Raquel Teixeira Valença, por exemplo, aponta o desprezo daquele autor pelos escravizados, expresso nas descrições dos seus traços culturais, como adiante se verá na análise das novelas. De todo

³⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 19.

³⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 19.

³⁷ SÜSSEKIND, Flora. “As vítimas-Algozes e o imaginário do medo”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Scipione, 1988, p. XXI – XXXVIII.

³⁸ CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2ª. Volume. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Editora, 1969, p. 144.

modo, entre os analistas de *As Vítimas Algozes* predomina³⁹ uma leitura que realça o que seriam aspectos positivos da militância abolicionista de seu autor⁴⁰.

Interessa aqui, entretanto, algo mais sutil: as ineficiências econômicas que decorrem, direta ou indiretamente, dessas ações. As novelas têm como contexto a produção de cana-de-açúcar no interior da província do Rio de Janeiro no século XIX. A mensagem abolicionista contida na obra destina-se particularmente aos proprietários de escravos, ou seja, os grandes fazendeiros. A obra destaca ações como a dissimulação, o assassinato, o envenenamento e a corrupção, não percebidas pelas vítimas. Essa “miopia” é, nas histórias de Macedo aqui analisadas, o alerta destinado aos senhores contra os males da escravidão.

A primeira novela, intitulada “*Simeão, O Crioulo*”, narra a conspiração do agregado Simeão (um escravo adotado) contra o seu senhor enfermo, Domingos Caetano. Sua intenção é esperar pela morte do fazendeiro e “aproveitar a desordem e as convulsões da família na hora terrível do passamento para roubar o quanto pudesse”⁴¹. No final, a tragédia se estabelece com a morte do fazendeiro, sua filha e genro, além do próprio escravo. Os aspectos econômicos contidos nessa novela giram em torno da descrição da *venda* ou *taverna*. Trata-se de um local localizado próximo à fazenda e frequentado principalmente por quilombolas, cativos e “desocupados”. Na *venda*, era possível comprar garrafas de aguardente, rolos de fumo, café, açúcar, alguns cereais e carne seca⁴². Parte desses produtos era fruto de furtos que os cativos realizavam na fazenda⁴³. Como pagamento, os frequentadores utilizavam, além do dinheiro proveniente dos crimes, pequenas quantias recebidas dos patrões ou da comercialização de produtos da roça, que alguns escravos realizavam aos domingos no “dia de arremedo da liberdade”⁴⁴.

Havia ainda a possibilidade de se adquirir os produtos por dívida junto ao proprietário da venda⁴⁵. Ou seja, tratava-se de um estabelecimento nos moldes comerciais tradicionais, porém dentro da informalidade e à margem da lei. É central a leitura que se pode ter em relação aos malefícios da *venda*, pois o autor considera o local como o ponto

³⁹ VALENÇA, Teixeira. “Sobre o texto desta Edição”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Scipione, 1988, p. VII – XIX.

⁴⁰ SERRA, Tania. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. 2ª. Edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p. 156-162.

⁴¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 39.

⁴² MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 23-24.

⁴³ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 24.

⁴⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 69.

⁴⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 61.

de encontro para as conspirações dos escravos contra seus senhores. Mas há outros pontos negativos que vão impactar na eficiência produtiva da fazenda. Além do furto (produtos e valores), havia o incentivo à vadiagem. No contexto do “santo dever do trabalho”, encontravam-se na venda “homens ociosos vadios e turbulentos”⁴⁶. São pessoas à margem do sistema produtivo por não serem nem fazendeiros nem trabalhadores rurais, não tendo qualquer papel na formação de um mercado interno ou na criação de atividades produtivas. Além disso, durante a noite, a *venda* era palco de jogos que muitas vezes acabavam em brigas. Os frequentes espancamentos, junto ao exagerado consumo de aguardente, tendiam a reduzir ou mesmo inviabilizar o trabalho escravo no dia seguinte⁴⁷. Ou seja, se para um trabalhador livre as horas não trabalhadas poderiam servir de descanso, dedicação à família ou mesmo à produção de subsistência, para os cativos seriam momentos de conspiração. Tudo isso leva o leitor a considerar a *venda* como uma organização prejudicial à atividade rural e à propriedade, sempre mantendo o viés que idealiza o mundo senhorial ao mesmo tempo em que estigmatiza os escravizados.

Pode-se encontrar na historiografia relatos sobre a existência das vendas ou tabernas no Brasil oitocentista, cujas características se assemelham às descritas por Macedo. Nesses relatos, destaca-se a pesquisa realizada por Flávio dos Santos Gomes sobre as organizações socioeconômicas dos escravizados na região de Iguaçu, no Rio de Janeiro do século XIX⁴⁸. Com base em análise documental da época, ele confirma a descrição de Macedo, argumentando que vendas ou tabernas eram frequentadas por escravos e quilombolas que comercializavam produtos provenientes de furtos. Esses locais despertavam constantes preocupações da polícia por conta do horário de funcionamento e das reuniões conspiratórias que lá ocorriam. Havia ainda denúncias de que “os taberneiros seriam responsáveis pelo fornecimento de armamentos e munições para os conspiradores cativos”⁴⁹. Segundo Gomes, essas *vendas* faziam parte do que denominou como “campo negro”, uma complexa rede social composta por “quilombolas, escravos, taberneiros e remadores, e que podiam envolver caixeiros-viajantes, mascates lavradores,

⁴⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 24.

⁴⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 24.

⁴⁸ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (organizadores). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁹ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (organizadores). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 276.

agregados, escravos urbanos, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais”⁵⁰. A pesquisa conclui que as *ventas* faziam parte do imaginário do medo que os fazendeiros nutriam em relação aos escravizados, percepção que reforça a verossimilhança do relato de Macedo.

É possível também encontrar referências àqueles estabelecimentos em outras pesquisas, como é o caso da descrição elaborada por Sandra Lauderdale Graham, relatando os transtornos causados pelas *ventas* aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro oitocentista em decorrência do barulho, embriaguez e presença de “escravos e pessoas suspeitas”⁵¹. Também se pode considerar a descrição feita por Emília Viotti da Costa, que identifica as *ventas* de beira de estrada como locais de comercialização de produtos roubados, o que despertava queixas dos fazendeiros contra a incapacidade das autoridades para lidar com o problema⁵².

A segunda novela da obra, intitulada “*Pai-Raiol, O Feiticeiro*”, mostra a conspiração do escravo africano Pai-Raiol e da cativa Esméria, que se torna amante de seu patrão Paulo Borges e assume o papel de senhora da fazenda. Na trama, esposa e filhos do fazendeiro iludido são mortos por envenenamento. No final, a conspiração é descoberta, Esméria presa e Pai-Raiol morto. No contexto dessa trama central, pode-se mais uma vez encontrar o discurso da ineficiência produtiva da escravidão, particularmente em relação aos incentivos na adoção de técnicas de produção mais eficientes na condução da lavoura. Tal discurso pode ser lido no momento em que o fazendeiro Paulo Borges adquire novos escravos para a fazenda:

Paulo Borges tinha esse espécie de preocupação que é um mau cálculo infelizmente muito comum entre os nossos fazendeiros e lavradores, empenho sempre ativo de comprar terras para estender as que já possui às vezes demais, e de multiplicar também a escravatura, esquecendo os meios de suprir muitos braços, poupando o capital: ainda bem que a força da necessidade e a lição da experiência têm já introduzido em muitas fábricas as máquinas e os processos que economizam tempo, gente e dinheiro, e na preparação e limpa das plantações e sementeiras os instrumentos que produzem igual resultado. Quanto ao gosto

⁵⁰ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX”. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (organizadores). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 278.

⁵¹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 – 1910)* (Tradução Viviana Bosi). São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 77-78.

⁵² COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª. Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 295.

decidido de arredondar as terras possuídas, comprando novas e contíguas, o costume continua a ser lei⁵³.

Ou seja, o fazendeiro visava muito mais a quantidade que a qualidade da mão de obra ou técnicas de produção mais eficientes. A crítica a essa opção também pode ser encontrada na voz de Teresa, esposa de Paulo Borges, ao comentar a ida do fazendeiro à vila para comprar mais escravos, deixando de comparecer, como de costume, à roça:

- Isto é novidade grande, senhor Paulo – disse-lhe a mulher que era sempre alheia aos negócios externos de casa.
- Há hoje arrematação de escravos na vila; são vinte e acostumados já à lavoura da cana e ao serviço do engenho...
- Já temos tantos... mais de cem...
- Tomara eu mil...⁵⁴

Coincidência ou não, o número de 20 escravos é o mesmo da citação de José Bonifácio considerada na seção anterior.

Na novela, pode-se perceber outra estratégia do autor em sua intenção de criticar a escravidão por argumentos econômicos, que estaria centrada nas ações de Esméria contra seu senhor. Ao sucumbir às investidas da escrava, Paulo Borges abandona não apenas a família, mas também seus negócios:

Paulo Borges abandonava frequentemente a direção do trabalho de suas roças que notavelmente se amesquinharam: de balde contratou ele um feitor, cujos olhos e interesse não eram os do fazendeiro. Em sua ambição e grandes lucros e de riqueza, o depravado sofria, impacientava-se; mas não podia vencer os assomos da paixão esqualida⁵⁵.

Com o desenrolar da trama, Esméria assume a direção dos escravos domésticos da fazenda e, com isso, crescem os problemas com os furtos e elevação das despesas. O fazendeiro, outrora homem trabalhador e dedicado à família, entra em franca decadência moral e econômica. No âmbito da ficção, em que pese a constante visão obviamente idealizada dos senhores de escravos e prejudicial aos escravizados, Macedo assume explicitamente seus argumentos acerca da ineficiência do trabalho escravo:

Os escravos prejudicam aos senhores cem vezes mais do que estes calculam pelos dados da observação dos fatos patentes.

⁵³ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 84.

⁵⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 85.

⁵⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 115.

Eles prejudicam aos senhores:
Trabalhando maquinalmente, sem ideia de melhoramento, de progresso e de aperfeiçoamento do sistema de trabalho, sem os incentivos de interesse próprio e com desgosto e má vontade;
Furtando nas roças, nas fábricas, nos armazéns produtos que vão vender para embebedar-se, o que ainda diminui as forças, quando não compromete a saúde e rouba ao trabalho dias passados na enfermaria;
Suicidando-se subitamente, ou aos poucos, quando por nostalgia, enfezação ou desespero morno ou profundo contraem e alimentam enfermidades que acabam por mata-los;
Fugindo à escravidão por dias, semanas, meses ou para sempre, e nos quilombos, seduzindo outros escravos para fugir com eles;
Não poupando o gado e os animais, não zelando os instrumentos rurais, não compreendendo a necessidade de cuidados, não tendo nem podendo ter amor à propriedade do senhor não se ocupando das peras ou lucros do senhor;
Fazendo perdurar a rotina e o trabalho materializado, e por sua indiferença, estupidez e desmazelo, contrariando, anulando e desacreditando processos, invenções, máquinas que economizam tempo e braços, e que explorados pela inteligente execução do homem livre e interessado, oferecem resultados que aumentam a riqueza⁵⁶.

Nesta longa, porém importante citação, mais uma vez percebe-se a semelhança de argumentos de Macedo com aqueles considerados por Adam Smith e alguns dos seus “seguidores” brasileiros, além de deslocar para as vítimas da escravização a responsabilidade pela baixa produtividade daquela economia. Nela, encontra-se o alto custo relativo do escravo, a ausência de incentivo à adoção de técnicas mais eficientes de trabalho, a substituição do incentivo de “interesse próprio” pela “má vontade”, além das práticas de furto, embriaguez e fugas. Tudo isso acaba por conspirar contra os “lucros do senhor”. No final da citação, é considerada a alternativa da mão de obra livre, trabalho “interessado”, ou seja, motivado pelo salário e que teria como resultado o aumento da “riqueza” do empregador.

A terceira novela, intitulada “*Lucinda, A Mucama*”, descreve a influência da escrava Lucinda sobre sua jovem senhora Cândida, filha do comerciante Florêncio da Silva. Essa influência leva Cândida a se tornar amante de um ladrão francês, contra todas as expectativas de sua família. O enredo tem um desfecho menos trágico do que as duas outras novelas, já que a trama é descoberta antes da consumação da união entre a jovem e o ladrão, sendo Lucinda presa e abandonada pela família de Cândida. Ainda que o proprietário dos escravos seja um comerciante, Macedo não se desprende da atividade rural. Esse foco pode ser lido, por exemplo, na preocupação que Florêncio da Silva e seu

⁵⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 95 – 96.

também rico comerciante amigo, Plácido Rodrigues, com a educação dos filhos homens, Liberato e Frederico:

Florêncio da Silva e Plácido Rodrigues destinavam sabiamente seus filhos à tranquila, feliz, e moralizada vida agrícola; mas querendo-os lavradores ilustrados e perfeitamente sabidos em agricultura, os haviam mandado a entesourar ciência e teorias relativas preparando-lhes no Brasil vasto e fácil campo para que eles as aplicassem, corrigissem, e aproveitassem a prática⁵⁷.

Nota-se o destaque que Macedo dá à relação entre a produtividade agrícola e a educação. Liberato e Frederico, amigos como seus pais, haviam iniciado seus estudos agrícolas em Stuttgart, Alemanha, no Instituto Agrícola de *Hohenheim*⁵⁸. Além disso, aspiravam a estudar nas escolas agrícolas dos Estados Unidos e das Antilhas⁵⁹. A educação desses personagens revela a preocupação que Macedo externa com o desenvolvimento rural brasileiro. Já antevendo a abolição e tomando como fato a o fim do tráfico negreiro, ele a manifestou na imprensa, como, por exemplo, em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, em 12 de novembro de 1860:

O país começa a compreender que o desenvolvimento da nossa agricultura exige não só a introdução de novos instrumentos e de máquinas que até bem pouco tempo se desprezavam, como também o estudo teórico de todas as principais matérias que tem relação com aquele importantíssimo mister⁶⁰.

Nesse mesmo texto, Macedo destaca a importância de levar nossos agricultores às escolas agrícolas europeias, considerando também a necessidade da adaptação dos estudos à agricultura tropical. Ou seja, destacou a relevância da educação como fator de elevação da produtividade agrícola em um Brasil livre da escravidão.

Interessante notar que Cândida estaria destinada, pelos seus pais, à mão de Liberato, o estudante das “ciências agrícolas”. Porém, o assédio imposto pela mucama Lucinda leva Cândida a se apaixonar pelo francês Souvanel, cujo nome verdadeiro era Dermany e que exercia o ofício de professor de música, enquanto, na verdade, era um ladrão foragido das autoridades francesas. É justamente pela música que o francês conquista o coração de Cândida, que declina de seu destino junto ao “mestre das artes

⁵⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 188.

⁵⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 199.

⁵⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010, p. 189.

⁶⁰ MACEDO apud STRZODA, Michelle. *O Rio de Janeiro de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, p. 197-200.

agrícolas”. Chamam atenção nessa trama as duas opções com que se depara Cândida. A primeira era o casamento com o futuro fazendeiro e “agrônomo”, ou seja, um provável rico agricultor. Já a segunda, proveniente do assédio da mucama, era desposar um professor de música, ladrão, sedutor, desejoso de enriquecer à custa do trabalho do rico comerciante. Nas palavras de Macedo: “Souvanel não amava Cândida; explorava com o seu dote, e com a herança futura que lhe caberia por morte de seus pais”⁶¹. Depois, o francês poderia “recolher o dote em dinheiro e o que pudesse da riqueza de Florêncio da Silva e, abandonando Cândida, fugir para os Estados Unidos da América do Norte”⁶². Ficam claros aqui os malefícios da escolha proposta pela mucama: casar Cândida com um ladrão que quer enriquecer sem o trabalho produtivo e depois fugir levando a riqueza para outro país.

Há também uma interessante relação entre o francês e o meio social do Rio de Janeiro. O ladrão frequentava os pobres cortiços, habitados por “indivíduos de ambos os sexos, todos vestidos pobremente, alguns maltrapilhos”, em contraste com a “riqueza, posição, crédito, honra, o nome do seu pai, talvez a vida de sua mãe, a glória de ser esposa de Frederico”⁶³. No final da novela e a partir dessa comparação, Cândida toma a decisão de manter-se junto a sua família.

A trama dessa última novela se encerra com a prisão do francês e de Lucinda pelas autoridades locais. Nesse final, outra questão econômica se coloca, ainda que de forma sutil. Alguns dias depois do conflito, a polícia se apresenta à casa de Florêncio da Silva, anunciando a prisão de Lucinda e de um pajem fugitivo:

Frederico avançou para o agente policial, e tomando a palavra ao sogro, disse:

- Nossos escravos ou não, nós os abandonamos ao seu destino; pois que de nós fugiram, rejeitamos-los.

- Então... como ficam eles?

- Pouco nos importa isso: a liberdade, como prêmio, eles a não merecem; como direito, a sociedade ou o governo, que lhos outorgue. Eles nos fugiram, nós os abandonamos.

O agente policial retirou-se confundido.

Frederico voltou-se para a família estupefata e disse:

- A escravidão é peste; por que não nos havemos de libertar da peste?... Que faríamos dessa mucama e desse pajem?... Matá-los?...

Fora um crime hediondo: conservá-los em cativo?... Uma

⁶¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, p. 246.

⁶² MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, p. 269.

⁶³ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, p. 292 - 293.

vergonha da família em constante martírio, considerando, vendo, e sofrendo diante desses escravos: vende-os?⁶⁴

Percebe-se nessa citação que, em uma situação de insatisfação do senhor com o seu escravo, não é possível demiti-lo. A demissão é uma instituição que somente é possível na existência de um mercado de trabalho livre. Essa impossibilidade reflete um dos custos da escravidão: o proprietário sempre terá que arcar com as despesas da manutenção da sua mão de obra cativa. Ele não pode dispensar seu trabalhador, mas pode puni-lo ou vendê-lo. De todo modo, Frederico parece romper com essa tradição “dispensando”, ainda que de forma simbólica, a mucama.

Existe ainda uma questão com implicações econômicas importantes nas três novelas de *As Vítimas Algozes*: há personagens que não possuem uma posição definida na sociedade. Na primeira, apresenta-se o “Barbudo”, homem branco livre cuja única ocupação é o ócio exercido na venda, onde incentiva Simeão em sua vingança. Na segunda, existe o falso médico, o doutor Bonifácio, antigo enfermeiro de um hospital da Corte que se retira para o interior com o objetivo de exercer a medicina “com a mais criminosa imprudência”⁶⁵. Na terceira, tem-se o músico ladrão Souvanel ou Dermany e seus companheiros de cortiço. Todos esses personagens guardam relação direta com os escravos, ou com a escravidão. Não existe, nesse mundo criado por Macedo, uma classe média ou de pequenos artesãos ou agricultores. Os “desocupados” são homens livres que, por não serem nem trabalhadores nem proprietários, dependem de “favores” para ocupar alguma posição na sociedade. Esse ponto foi considerado por Schwarz em seus argumentos acerca da contradição entre o liberalismo e o escravismo no Brasil oitocentista:

Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifúndio, o escravo e o ‘homem livre’, na verdade dependente. Entre os primeiros dois, a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande⁶⁶.

A contradição desse mundo de favores refere-se à inexistência de espíritos empreendedores. A relação de dependência reforça o poder econômico dos fazendeiros,

⁶⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, p. 299.

⁶⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, p. 121.

⁶⁶ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 16.

não existindo espaço para estratégias inovadoras fora do campo de decisão estabelecido na grande lavoura. Essa estrutura cria assim um progresso material baseado não nos incentivos de mercado, mas nos favores, muitas vezes construídos por relações pessoais, algo oposto à impessoalidade dos mercados. É esse mundo que pode ser lido em alguns tipos presentes nas novelas da obra. O Barbudo não tem qualquer papel a não ser incentivar o escravo em sua vingança. O médico charlatão prejudica ainda mais a saúde do fazendeiro. O músico ladrão não tem outro objetivo senão se apropriar da renda da família de Cândida e fugir para o exterior. A mucama, destinada a servir sua jovem proprietária, a desvia do caminho esperado por um fazendeiro que enxerga a importância das inovações na agricultura. São personagens que fazem parte de um grupo que, aos olhos do autor, conspira contra a riqueza e progresso econômico do país.

Esse tipo de organização social nos remete mais uma vez a Adam Smith. No Capítulo III do Livro II de *A Riqueza das Nações*, ele diferencia o trabalho produtivo do improdutivo. Para Smith, o trabalho produtivo, ao contrário do improdutivo, seria aquele que acrescenta valor aos materiais utilizados na fabricação dos bens. Por sua vez, o trabalho improdutivo seria o conjunto de ofícios exercidos pelos oficiais de justiça e de guerra, pelos eclesiásticos, advogados, médicos, criados domésticos, homens das letras, atores, palhaços e músicos, dentre outros. Junto a essas atividades, o autor clássico destaca ainda os “ociosos”. Apesar de Smith considerar alguns desses ofícios como tendo algum valor social, o grupo de improdutivos e ociosos concorre com a renda anual proveniente do lucro e da renda da terra. Trata-se de um desvio que, se não é compensado com a “prodigalidade” do trabalho produtivo, tende a elevar a miséria e empobrecer os países⁶⁷. Ainda que Macedo não tivesse a intenção explícita de considerar esses argumentos, a vida rural em uma sociedade escravista que permeia a ficção de *As Vítimas Algozes* sugere a existência de uma estrutura de trabalho prejudicial ao país.

Considerações finais

Conforme destacado neste artigo, a persistência do sistema escravista no Brasil estimulou um amplo debate entre intelectuais oitocentistas sobre a conveniência ou não da adoção da mão de obra livre na lavoura. Esse debate não ficou restrito aos textos políticos,

⁶⁷ SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 291 I.

figurando também na literatura de ficção. Aqui, consideramos o escritor Joaquim Manuel de Macedo e sua obra *As Vítimas Algozes* para justificar esta última afirmação.

As tragédias encontradas em *As Vítimas Algozes* tiveram como objetivo, no contexto da escravidão, criar uma atmosfera de medo entre os leitores que, naquele momento, constituíam-se como a elite econômica letrada da sociedade brasileira. Suas novelas narram atos conspiratórios e de assédio praticados pelos escravos contra os senhores, com desfechos trágicos que se manifestam em envenenamentos, mortes, corrupção e “desvios de conduta”. O elemento discursivo, baseado no que se pode denominar como “estratégia do medo”, algo que difere do que poderia ser considerado como “senso comum” por aqueles contrários ao sistema escravista, foi e ainda é objeto de análise por parte da crítica literária brasileira. Nas palavras de Antônio Candido, “o mal, para [Macedo], era no fundo um recurso literário, feito para realçar o bem”⁶⁸.

Este artigo buscou interpretar a obra de Macedo sob um enfoque distinto, procurando defender a hipótese de que *As Vítimas Algozes* também inclui argumentos econômicos contrários à escravidão. Nas novelas do romance, é possível identificar trechos que relacionam a utilização da mão de obra escrava com a ineficiência econômica na produção rural, seja nas opiniões explícitas do autor ao longo do livro, seja em diálogos e descrições dos personagens de ficção (ainda que, nestes casos, de forma indireta ou sutil). Essa ineficiência pode ser lida nas implicações socioeconômicas sugeridas pela existência das denominadas *vendias*, no descuido da lavoura por parte do fazendeiro, na dificuldade de fiscalizar as ações dos escravos, na falta de incentivos para a adoção de técnicas produtivas com o objetivo de elevar a produtividade da lavoura e na existência de personagens não cativos que fazem parte de um grupo sem posição econômica definida. Os aspectos econômicos identificados em *As Vítimas Algozes* reforçam a hipótese, defendida por alguns historiadores, acerca da existência, no Brasil oitocentista, de um corpo relativamente homogêneo de argumentos econômicos contrários à escravidão e compartilhada por vários pensadores brasileiros com razoável grau de fundamentação teórica encontrada na Economia Política, aqui representada pela obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Sob uma perspectiva mais ampla, o artigo buscou, ainda que de forma indireta, tendo em vista a limitação de espaço, contribuir para os estudos sobre o pensamento econômico brasileiro do século XIX, sugerindo como fonte de pesquisa a literatura de

⁶⁸ CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2^o. Volume. 3^a. Edição. São Paulo: Martins Editora, 1969, p. 144.

ficção. Trata-se de uma importante possibilidade metodológica e que se coloca diante de um vasto campo de pesquisa interdisciplinar em torno da relação entre a literatura e a história das ideias econômicas.

Recebido em 03 de junho de 2022

Aceito em 13 de julho de 202